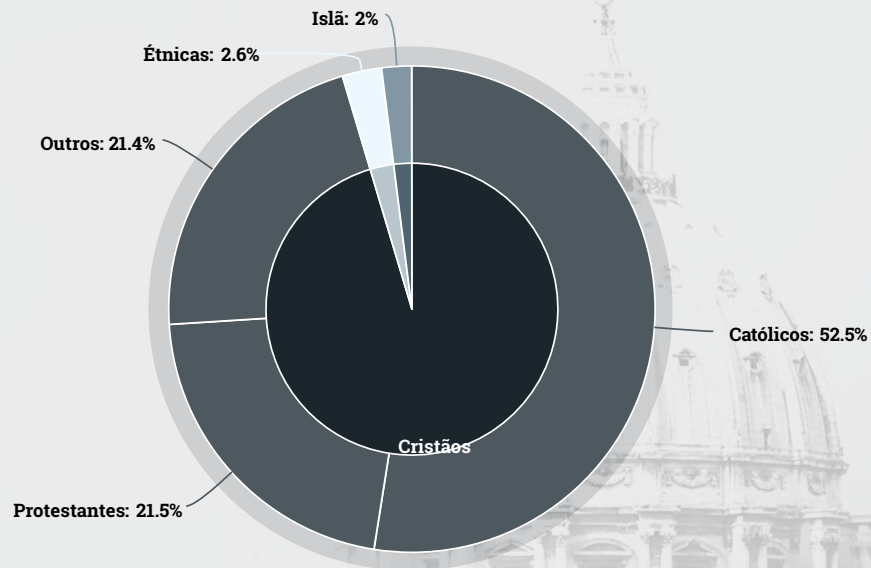
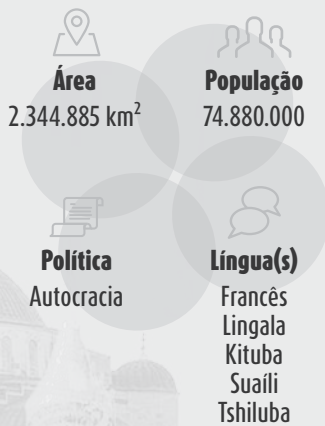


República Democrática do Congo



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição de 2006 da República Democrática do Congo consagra o caráter secular do Estado, que respeita o pluralismo religioso. O artigo 13º proíbe todas as formas de discriminação com base na origem étnica, na denominação religiosa ou na opinião.

Da mesma forma, o artigo 22º garante o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião: “Cada pessoa tem direito a manifestar a sua religião ou as suas convicções, seja sozinho ou em grupo, em público e em privado, através do culto, do ensino, das práticas, da observância de ritos e do estado da vida religiosa, de forma coerente com o respeito pela lei, a ordem e a moral públicas e os direitos das outras pessoas.”

Todos os grupos religiosos devem ser registrados e os seus estatutos têm de ser aprovados pelo Ministério da Justiça. Devem também declarar uma lista dos seus membros ativos e todos os anos devem apresentar um relatório anual das suas atividades.

A Igreja Católica goza do estatuto de isenção fiscal relativa a importações de veículos e medicamentos. Os procedimentos para contratar pessoal estrangeiro para trabalhar como missionários são relativamente simples.

Todos os grupos religiosos têm total liberdade para se envolverem em proselitismo, na catequese e na evangelização, uma atividade que os pregadores realizam inclusive nos mercados, nos cruzamentos de ruas e em ônibus e que é vista como totalmente normal. Até mesmo à noite, as igrejas são livres para realizarem serviços religiosos, culto ou formação. Devido ao fenômeno conhecido como “Koluna” (criminalidade juvenil), sair à noite em Kinshasa e em algumas outras vilas pode ser perigoso. Para evitar este risco, os fiéis das diferentes denominações podem passar toda a noite nas suas igrejas, até de madrugada.

Há liberdade para construir igrejas e espaços religiosos, e para angariar fundos para atividades religiosas dentro e fora do país.

Em 1977, a Igreja Católica e o Estado assinaram um memorando de entendimento relativo à gestão de escolas. O memorando concede condições favoráveis às escolas católicas, incluindo o direito a mudarem o pessoal e a tomarem qualquer grande decisão administrativas, com a única obrigação de “informarem” o Ministério da Educação.

A educação religiosa faz parte do currículo oficial e é ensinada nas escolas. A Igreja Católica e outras denominações religiosas gerem um leque alargado de instituições, como por exemplo escolas, centros de saúde, trabalhos sociais incluindo orfanatos e órgãos de comunicação. Em relação à comunicação social, a maior parte dos canais de televisão e estações de rádio em Kinshasa pertencem à Igreja.

INCIDENTES

As disputas entre pastores de diferentes *Églises de réveil* (evangélicos renascidos que estão na República Democrática do Congo desde a década de noventa) têm sido abundantes há algum tempo e continuaram durante o período abrangido pelo relatório. Há muitos confrontos, insultos e desqualificações. Estes incidentes são habitualmente olhados como conflitos internos e tentativas de obter mais seguidores à custa de outras congregações.

As *Églises de réveil* fizeram acusações altamente conflituosas à Igreja Católica, sobretudo em relação à posição desta perante certas questões políticas. Em 28 de novembro de 2015, um comunicado do Reagrupamento das *Églises de Réveil* do Congo, assinado pelo Pastor Antoine Bishamba, acusou a Conferência Episcopal Católica do Congo (CENCO) de interferir na política. Ao criticar uma manifestação pacífica que os bispos católicos tinham organizado exigindo que a ordem constitucional fosse respeitada, os pastores pentecostais disseram que os bispos estavam agindo “como vampiros sedentos de sangue desempenhando o papel de incendiários”^[1]

A controvérsia em torno dos dois mandatos presidenciais, definidos na Constituição de 2006, colocaram a CENCO e as autoridades da República Democrática do Congo numa rota de colisão. Desde 2014, a oposição e a sociedade civil no Congo suspeitaram com frequência que o presidente Joseph Kabila estava tentando alargar o seu domínio, limitado a dois mandatos segundo a Constituição, usando táticas de atraso para adiar as eleições. De acordo com os relatos, foram introduzidos um debate nacional e um recenseamento nacional antes das eleições, medidas com potencial para atrasar as eleições por vários anos. Em 13 de novembro de 2014, a CENCO emitiu uma declaração exigindo “respeito absoluto pela Constituição”^[2] No comunicado, assinado pelo Bispo Nicolas Djomo de Tshumbe, presidente da CENCO, os bispos afirmaram que “agir de outra forma irá implicar um perigo de consequências imprevisíveis para o país”.

Uns dias mais tarde, em 26 de novembro de 2014, os bispos católicos publicaram um documento intitulado “Se o sangue ainda flui no Congo”. Ao mesmo tempo que apoiam a ideia de um debate nacional, os bispos afirmaram que a situação do país era “inquietante e de grande preocupação”^[3] A CENCO criticou recentes restrições às liberdades civis, bem como atos de repressão e intimidação. O documento também apelava a que a nação seguisse o artigo 64º da Constituição. O artigo autoriza os cidadãos a bloquearem tentativas de exercer o poder em violação flagrante da lei. Em resposta a esta declaração, em 16 de janeiro de 2015, o Governo encerrou o

sinal da *Radio Television Catholique Elilya* (RTCE), que permaneceu fechada durante seis meses.^[4]

Durante o período deste relatório, os muçulmanos no país acusaram periodicamente o Governo de discriminá-los. No final de 2014, a *Communauté Islamique au Congo* (COMICO) [Comunidade Islâmica do Congo], um órgão que alega representar todos os muçulmanos na República Democrática do Congo, queixou-se da ausência de um ministro muçulmano no Governo. A COMICO também destacou o fato de nenhuma das duas principais celebrações muçulmanas serem feriados públicos. Além disso, nas zonas orientais afetadas pelos ataques armados da ADF, um grupo rebelde extremista muçulmano constituído sobretudo por combatentes ugandeses, muçulmanos de Beni e vilas próximas, queixaram-se de que alguns dos seus fiéis foram perseguidos e arbitrariamente detidos pelas forças armadas, oficialmente conhecidas como FARDC.^[5]

Em 30 de março de 2016, o Padre Vincent Machozi, um sacerdote católico da ordem dos Assuncionistas, foi atacado à noite por homens armados e com uniforme, enquanto estava na aldeia da sua mãe, a 15 km da vila de Butembo. Os assaltantes arrastaram-no para fora da casa da sua mãe e o mataram a tiro uns metros mais à frente. De acordo com o Padre Emmanuel Kahindi, vigário geral dos Assuncionistas em Roma, o Padre Machozi tinha recebido três ameaças de morte nos últimos meses. Era conhecido pelo seu trabalho de direitos humanos e advocacia. Geria a página de Internet *Beni Lubero*, que documentava atrocidades cometidas contra civis na província do Kivu do Norte.^[6]

[1] <https://wazaonline.com/fr/wazavote-rdc/guerre-de-religion-en-gestation-en-rdc>

[2] <http://www.la-croix.com/Urbi-et-Orbi/Actualite/Monde/Les-veques-congolais-demandent-au-president-Kabila-de-respecter-la-Constitution-2015-11-16-1380950>

[3] <http://www.la-croix.com/Urbi-et-Orbi/Actualite/Monde/Les-veques-de-RDC-sur-le-dialogue-national-de-Joseph-Kabila-2015-11-30-1386858>

[4] http://www.jed-afrique.org/index.php?option=com_content&view=article&id=170:rdc-la-television-catholique-rouverte-apres-6-mois-de-fermeture-jed-reclame-la-reouverture-d-une-dizaine-d-autres-medias-fermes-arbitrairement&catid=87&Itemid=508

[5] <http://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/apr-5-des-massacres-en-rdc-les-musulmans-de-beni-se-plaignent-de>

[6] <http://www.mediacongo.net/article-actualite-16586.html>